

A cultura e a tromba do elefante

JOSÉ SARNEY

Li, com certa amargura, a afirmativa de candidatos à Prefeitura do Rio de Janeiro de que não gostavam de livros. Uns lêem pouco e outros têm certo tédio pela leitura. A verdade é que o Brasil, já me observava uma vez Alçada Baptista, é uma civilização oral. Nada se escreve. Fomos direto a um mundo audiovisual, sem passar pela leitura. A literatura ficou restrita a um gueto, sem derramar-se pelo social.

Em 1972, apresentei ao Senado Federal um projeto de incentivos culturais. Sua filosofia era bem clara. A sociedade industrial gera valores materiais. Todo esforço está voltado para a conquista de bens. Os valores espirituais são relegados a um plano secundário, quase abandonados e desconhecidos. A cultura existente é destruída e não se criam novos valores. O que vem com esse rótulo é o enlatado, porque objeto de lucro. A juventude descamba para um niilismo autodestrutivo, o alcoolismo, as drogas e a busca da sublimação dos prazeres.

No Brasil, principalmente, é possível ver com muita clareza esse terrível desastre. Os nossos artistas emigram, não há terra para seus pés. Há muito tempo não surge um grande poeta, um grande pintor, um grande músico, um grande romancista. Se existem, estes talentos são esmagados pelo anonimato e pela falta de oportunidade.

Na antiga URSS, quando visitei a União dos Escritores, ouvi do seu presidente a afirmativa de que a liberdade, quando chegou, encontrou as gavetas cheias: grandes romances, monumentais livros na velha linha dos grandes escritores russos, como Ribakov, com o seu "Os filhos da Rua Arbat".

Aqui, findo o período do autoritarismo, as gavetas estavam vazias. Sobrevive, porque popular, graças a Deus, a cultura da novela, do futebol, do carnaval, do sincretismo religioso.

Mas, a erudita, essa foi trucidada pela sociedade que Galbraith qualificou como "do conforto mais desconfortável da história da humanidade". Perdidos os valores culturais, é fácil caminhar para uma sociedade cada vez mais voltada para a violência e para a perda dos parâmetros morais.

O que fazer? Esta indagação me faz pensar num mecanismo capaz de situar a cultura nos objetivos da sociedade industrial. Ela teria que estar na mesa do planejador, como estão as políticas econômica, industrial, cambial e financeira. Ela tinha que desvencilhar-se da idéia do mecenato, da idéia da caridade ou simpatia para com o talento. Era necessário provocar um verdadeiro renascimento.

O projeto de incentivos à cultura, assim, tinha uma filosofia, com os mecanismos do jogo da sociedade de consumo: Investir na cultura, para produzir bens culturais. A idéia básica era, em dez anos, investir cinco bilhões de dólares no setor cultura. Assim, o Brasil mudaria. Não na velha fórmula das verbas, dos chamados "intelectuais dos corredores do antigo Ministério da Educação e Cultura", isto é, a subvenção à subliteratura.

O novo caminho estaria sendo aberto com instrumento maior da liberdade. A liberdade de deduzir do Imposto de Renda determinada quantia para projetos culturais, sem interferência do Governo. Incentivou-se o mercado de capitais com o Fundo 157, e nunca ninguém pediu licença para o aplicar onde quisesse. Como o Estado iria interferir no incentivo à cultura opinando sobre como os incentivos culturais seriam empregados?

Pensando assim, batalhei no Congresso, durante 15 anos pela aprovação desse mecanismo, sempre enfrentando a resistência dos tributaristas.

Ao assumir a Presidência da República, achei que era a hora

de mentar deseja ter uma causa. Nabuco teve a causa da Abolição, a maior de todas no Parlamento brasileiro; Saraiva, o sistema eleitoral; Rui, a afirmação civilista; nos tempos atuais, Afonso Arinos, com a lei contra a discriminação; Nelson Carneiro, o divórcio; Etelvino Lins, gastos eleitorais. E tantos outros.

Minha causa parlamentar foi a cultura. Meu último gesto como senador, ao despedir-me do Senado para assumir a vice-Presidência, foi o de reapresentar o meu projeto de incentivos à cultura.

Mal assessorado, pelos mesmos tributaristas do meu tempo de senador, o presidente Collor suspendeu os incentivos à cultura. Os outros incentivos, também suspensos, um a um voltaram, sem restrições. Os da cultura demorara, e assim mesmo, ao voltarem, feriu-se de morte a concepção inicial da liberdade de aplicação, sem autorização do Estado.

Sou contra a idéia do mecenato, porque é burrice. O Estado não pode ser mecenas, simplesmente porque é do seu dever constitucional proteger e incentivar a cultura. O Governo não faz caridade e não pode distribuir favores. Dar liberdade para aplicação, sem a tutela do Estado e sem burocracia, esse o objetivo.

A atual lei restabelece a interferência do Estado. Um intelectual, um pintor, um compositor, um cineasta que se prezem do seu talento e da sua liberdade de criar jamais aceitarão submeter sua obra ao julgamento de qualquer órgão do Governo para receber incentivo. Não falo deste, mas de todo Governo.

Apresentei emendas ao então projeto, vetando a avaliação do mérito. Já que tanto se fala nas leis de mercado, as leis do valor cultural sabem assegurar as boas e más iniciativas. Estabelecemos um mecanismo para possibilitar que o projeto atual pudesse resvalar na censura velada e a colocação do Estado como avaliador de onde e como deviam ser alocados os recursos. Infelizmente, ele foi vetado e o secretário de Cultura, embaixador Rouanet, assegurou-me que as razões foram emanadas do mesmo setor tributário.

Falou-se em desvios na aplicação da Lei Sarney. Fiz um requerimento ao Senado Federal para que indagasse à Polícia Federal quantos processos tinham sido instaurados por desvios. Responderam que apenas um, de uma sociedade, "Espaço Pessoano", da ordem de 15 mil cruzados!

Perguntei à Receita quantos autos de infração por utilização fraudulenta (crime previsto naquela lei) tinham sido aplicados, e ela me respondeu: NENHUM!

A Lei Sarney aplicou, em três anos, cerca de cem milhões de dólares em milhares de projetos culturais em todo o Brasil. O Teatro Municipal do Rio foi restaurado, em grande parte, com esses recursos. Também o de São Paulo. Filmes, exposições, concertos, edições e tantas iniciativas foram realizadas.

Só de incentivos à Zona Franca de Manaus foram dados, num ano, três bilhões de dólares. Para a cultura cem milhões, em três anos, dizem que era muito, e os nossos intelectuais e artistas foram acusados de terem empregado mal esse dinheiro, os corruptos! Em discurso no Senado Federal defendi os artistas brasileiros, injustiçados no meio do baile. Logo eles, que criam a eternidade do país, através do seu talento!

A cultura é o quinto item de exportação dos EUA. Não há potência econômica, política e militar, se não existir potência cultural.

Vou continuar lutando pela causa da cultura. Tenho ainda um longo mandato à frente, graças a Deus. A lei, como está, é melhor que nenhuma lei, mas não é a lei que dará ao Brasil um renascimento. Vamos um dia ter de modificá-la. Ela, de certo modo, é um retrocesso, quando submete uma cultura à tutela do Estado, num momento em que se diz que o Estado é um elefante.

Só que em sua tromba está amarrada a liberdade da criação.